

ANEXO II

1. Flávio de Jesus Figueiras, titular do Cartão de Cidadão nº 07854163 8, residente em Sítio do Palheirinho, Lote 5, 8670-130 Aljezur, na qualidade de representante legal da empresa Sons da Vicentina, Lda, Contribuinte Nº 507.152.662, com sede no Largo do Mercado nº 3, 8670-054 Aljezur, adjudicatário no procedimento de “Convite à apresentação de proposta no âmbito de procedimento de ajuste direto para a aquisição de serviços de aluguer de Tendas para camarins para o Festival Musicas do Mundo 2017 – processo nº 2017/300.10.005/819”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada Sons da Vicentina, Lda:

Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos ;

Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho ;

Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2. O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada Sons da Vicentina, Lda não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Aljezur, 19 de Julho de 2017

Flávio de Jesus Figueiras